



VETO TOTAL

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Serviço de Protocolo Geral

Processo: 2276/2005 Projeto de Lei : 132/2005

Data e Hora: 13/5/2005 17:15:41

Procedência: Esmael Almeida

Instituição: Instituto Exame de Desempenho do Ensino Fundamental-EDEF.

Cx 04/05 Proj. Lei

SANCIONADO

ARQ *Cx 74/03*



Câmara Municipal de Vitória

PROJETO DE LEI N.º ____/2005

Ementa: Institui Exame de Desempenho do Ensino Fundamental - EDEF.

Art. 1º Fica instituído Exame de Desempenho do Ensino Fundamental - EDEF no Município de Vitória, como procedimento de avaliação do desempenho do aluno, tendo por objetivos:

I - conferir ao cidadão parâmetro para auto-avaliação, com vistas à continuidade de sua formação;

II - Fornecer ao Município informações sobre o desempenho dos alunos da rede municipal de ensino;

Art. 2º A prova do EDEF avaliará as competências e as habilidades desenvolvidas pelos examinandos ao longo do ensino fundamental, imprescindíveis à vida acadêmica, ao mundo do trabalho e ao exercício da cidadania, tendo como base a matriz de competências especialmente definida para o exame;

~~Parágrafo único.~~ São as seguintes competências e habilidade a serem avaliadas:

I - demonstrar domínio básico da norma culta da Língua Portuguesa e do uso das diferentes linguagens: matemática, artística, científica, entre outras;

II - construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas;

III - selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para enfrentar situações-problemas segundo uma visão crítica, com vistas à tomada de decisões;

IV - organizar informações e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para a construção de argumentações consistentes;

V - recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para a elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, considerando a diversidade sociocultural como inerente à condição humana no tempo e no espaço.



GABINETE DO VEREADOR ESMAEL
Av. Marechal Mascaranhas de Moraes, 1788
Bento Ferreira - Vitória - ES - CEP: 29052-120
veradoresmael@yahoo.com.br
27 3334-4566

Art. 3.º O EDEF será realizado anualmente pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4.º O planejamento e a operacionalização do EDEF são de competência da Secretaria Municipal de Educação, que deverá, também, coordenar os trabalhos de normatização, supervisionar as ações de implementação, assim como promover a avaliação contínua do processo, mediante articulação permanente com especialistas em avaliação educacional, com as instituições de ensino superior e com as secretarias estaduais de educação.

Art. 5.º A participação dos concluintes da última série do ensino fundamental no EDEF é obrigatória.

§ 1.º As despesas com os serviços pertinentes à elaboração e aplicação das provas, bem como ao processamento dos seus resultados, correrão por conta de verbas específicas do orçamento da Secretaria Municipal de Educação

§ 2.º A participação no EDEF conferirá ao examinando um Boletim de Resultados, contendo informações referentes ao resultado global e ao resultado do examinando, permitindo identificar sua posição relativa ao total de participantes.

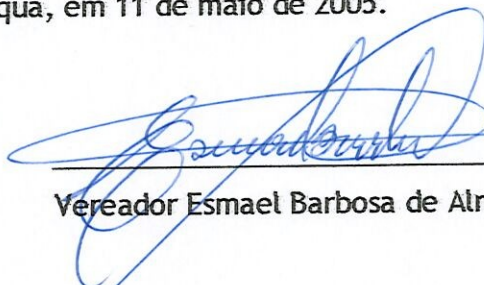
Art. 6.º A Secretaria Municipal de Educação, resguardado o sigilo individual, estruturará um banco de dados e emitirá relatórios com os resultados do EDEF, visando ao aprofundamento e à ampliação de análise de interesse da sociedade.

Art. 7.º Os resultados individuais do EDEF somente poderão ser utilizados, mediante a autorização expressa do candidato.

Art. 8.º Os procedimentos, prazos, e demais aspectos relativos ao EDEF serão determinadas pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 9.º Essa lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Atílio Vivácqua, em 11 de maio de 2005.



Vereador Esmael Barbosa de Almeida - PL



GABINETE DO VEREADOR ESMAEL
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1788
Bento Ferreira - Vitória - ES - CEP: 29052-120
veradoresmael@yahoo.com.br
27 3334-4566

+

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
2276	03	Ka



Câmara Municipal de Vitória

- JUSTIFICATIVA -

O Exame de Desempenho do Ensino Fundamental – EDEF, objeto da proposta que ora apresentamos, tem o objetivo de avaliar o desempenho dos alunos que cursam o ensino fundamental na rede de ensino público do município de Vitória, e, conseqüentemente, obter resultados da qualidade do ensino que está sendo ministrado nas referidas unidades escolares. Além desses resultados que fatalmente serão alcançados com a instituição do EDEF, some-se a possibilidade de se estabelecer à cada ano na rede pública de ensino do município, uma metodologia de ensino mais avançada e competitiva, capaz de dar a esse aluno, capacidade de disputar em igualdade de condições, a grande concorrência com alunos provenientes da rede de ensino privada, principalmente em ocasiões de vestibulares e de concursos de admissão. Espero contar com o apoio dos senhores vereadores para que o EDEF seja uma realidade em nossa rede de ensino e temos certeza de que, após introduzido nas escolas,, ensinará uma nova realidade de qualificação no ensino fundamental..



GABINETE DO VEREADOR ESMAEL
 Av. Marechal Mascaranhas de Moraes, 1788
 Bento Ferreira - Vitória - ES - CEP: 29052-120
 veradoresmael@yahoo.com.br
 27 3334-4566



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
2276	04	ka

INCLUÍDO NO EXPEDIENTE

Em 18 / 05 / 05

DIRETOR

LAURO CYPRESTE
DIRETOR DO DAL
G. M. N.

INCLUA-SE EM PAUTA P/
DISCUSSÃO ESPECIAL

Em 18 / 05 / 05

PRESIDENTE DA CÂMARA

Pautado em 1ª Discussão

Em 24 / 05 / 05

Presidente da Câmara

Pautado em 2ª Discussão

Em 31 / 05 / 05

Presidente da Câmara

Pautado em 3ª Discussão

Em 12 / 06 / 2005

Presidente da Câmara

AO S.A.C. (SERVIÇO DE APOIO ÀS
PARA ENCAMINHAR O PRESENTE PROCESSO ÀS
COMISSÕES ABAIXO:

- 1) COMISSÃO JUSTIÇA
- 2) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
- 3) COMISSÃO EDUCAÇÃO
- 4) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

EM 02 / 06 / 2005

DIRETOR DO DAL

LAURO CYPRESTE
DIRETOR DO DAL
G. M. N.

COMISSÃO DE JUSTIÇA

ao Sr. Vereador Gilmar

Passarelli para relatar.

Em 07/06/2005

[Assinatura]
Presidente.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Processo	Folha	Rubrica
2276	05	

Comissão de Justiça
Aprovado o Parecer
Ao DepLo Legislativo para as devidas providências.
Em 22 de 06 de 2005

Presidente

AO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA
PROCESSO Nº 2276/2005
PROCEDÊNCIA: Vereador Esmael Almeida
PROJETO DE LEI N.º: 132/2005

Ementa: Institui Exame de Desempenho do Ensino Fundamental - EDEF.

O Ilustre vereador no uso de suas prerrogativas regimentais, apresenta a esta Egrégia Casa de Leis projeto de sua autoria, devidamente amparado pelo artigo 80 (oitenta), item I (primeiro), da Lei Orgânica Municipal.

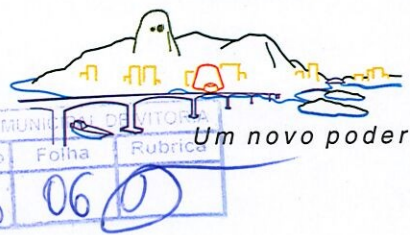
Registramos e parabenizamos o Ilustre vereador pelo brilhante projeto de Lei proposto. Por atender a todos as formalidades processualísticas e por obedecer a todos os preceitos constitucionais, **OPINAMOS PELA SUA CONSTITUCIONALIDADE.**

Vitória-ES, 10 de Junho de 2005.

Vereador Gilmar da Costa Gomes-PDT
Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO




Processo	Folha	Rubrica
2276	06	(D)

Comissão de Educação
Ao Sr. Vereador Arduo
processo para relatar.
Em, 04 / 08 / 05

[Signature]
PRESIDENTE

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2276	07	

PROCESSO: 2276/2005
PROJETO DE LEI Nº 132/2005
AUTOR: Esmael Almeida

RELATÓRIO

Este Projeto de Lei institui o Exame de Desempenho do Ensino Fundamental - EDEF.

Tem parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela CONSTITUCIONALIDADE e está nesta Comissão para análise e parecer.


PARECER DO RELATOR

A Secretaria Municipal de Educação vem se empenhando no sentido da melhoria constante da qualidade do ensino e, para tanto, participa de iniciativas que visam à avaliação do desempenho dos educandos, como sondagens nas turmas de 1ª série, objetivando verificar o processo de aquisição da leitura e escrita, permitindo o levantamento e acompanhamento de cada aluno.

Além disso, o Programa de Avaliação de Vitória – PROAVI-, aplicado anualmente, cujos resultados referentes a 2004 estão sendo divulgados no momento, e o Sistema de Avaliação do Ensino Básico – SAEB-, realizado a nível nacional a cada dois anos, envolvem alunos de todas as turmas de 4ª a 8ª séries das escolas municipais, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, tendo em vista a definição de ações voltadas para a correção de distorções e debilidades identificadas.

Não restam dúvidas que a aprovação do presente Projeto trará grandes melhorias na qualidade do ensino, uma vez que essas avaliações servem como parâmetro para verificar o desempenho do aluno e da instituição de ensino, podendo estabelecer uma metodologia de ensino mais avançada e competitiva.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
GABINETE DO VEREADOR JOSÉ CARLOS LYRIO ROCHA


CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2276	08	

Porém, sugere a Douta Comissão de Educação que seja dado ciência ao Vereador autor deste Projeto, Esmael Almeida, da realização dos projetos realizados pela Secretaria Municipal de Educação.

O parecer é **pela APROVAÇÃO** do Projeto.

Palácio Atílio Vivacqua, 29 de setembro de 2005.


Vereador **JOSÉ CARLOS LYRIO ROCHA**
Relator

Comissão de Educação

Aprovado o Parecer

Ao Dept.o Legislativo para as devidas providências.

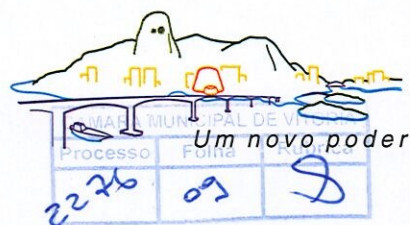
Em

04.10.2005


Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Ao Sr.(a): Deiza Pires de Almeida

Para providenciar a extração do avulso.

Fm. 17/10/05

[Signature]

LAURO CIPRESTE
DIRETOR DA
C. M. V.

Sr. Diretor, devidamente providenciado.

Em, 17/10/05

[Signature]
ASSINATURA

Inclua-se na Pauta da Ordem do Dia

Em, 22/11/05

[Signature]
PRESIDENTE DA CAMARA



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS

INCLUÍDO NO EXPEDIENTE

Em / /

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rúbrica
2276	10	[Assinatura]

AVULSO Nº 251/2005

PROCESSO	2276/2005
PROJETO DE LEI	132/2005
EMENTA	Institui Exame de Desempenho do Ensino Fundamental – EDEF.
INICIATIVA	ESMAEL ALMEIDA
PARECER	Comissão de Justiça – Pela Constitucionalidade Comissão de Educação – Pela Aprovação



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



APROVADO EM VOTAÇÃO ÚNICA,
AO DAL PARA AUTOGRAFO DE LEI.

EM 22/11/05
PRESIDENTE

Ao Sr. (Sra) *Lauro*

Para extração do Autografo de Lei e
encaminhamento ao Executivo Municipal.

Em 23/11/05

DIRETOR DAL

LAURO CYPRIANO
DIRETOR DAL
C. M. VI

Sr. Diretor, devidamente providenciado,

Em, 29/11/2005

Ednea Harkbark

ASSINATURA

EDNEA HARKBART

Funcionária



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2276	12	05

BOLETIM DE VOTAÇÃO

68º SESSÃO ORDINÁRIA

DATA: 22 / 11 / 05

VEREADOR	SIM	NÃO	AUSENTE
ADEMAR ROCHA	2		
ALEXANDRE PASSOS	P	P	
ALOÍSIO VAREJÃO	2		
ANTÔNIO DENADAI	2		
DERMIVAL GALVÃO			A
ESMAEL ALMEIDA	2		
FABIO LUBE	2		
GILMÁRIO PASSARINHO			A
LUCIANO REZENDE			A
LUIZINHO COUTINHO	2		
LYRIO ROCHA	2		
NEUZINHA DE OLIVEIRA			2-
REINALDO BOLÃO			P
TONINHO LOUREIRO	2		
ZEZITO MAIO	2		

SECRETÁRIO: _____



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2276	13	

OF.PRE.AUT. Nº 239

Vitória, 29 de novembro de 2005.

Assunto: **AUTÓGRAFO DE LEI**

Senhor Prefeito,

Em cumprimento ao que dispõe o Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, encaminho a V. Exa. o **Autógrafo de Lei nº 7.271/2005**, referente ao **Projeto de Lei nº 132/2005**, de autoria do Vereador **Esmael Almeida**, aprovado em Sessão realizada no dia 22 de novembro de 2005.

Atenciosamente,

Alexandre Passos
PRESIDENTE

Processo: 5381848/2005 Data : 30/11/2005 Hora: 09:12
Requerente : CAMARA MUNICIPAL DE VITORIA
Assunto : AUTOGRAFO DE LEI

Documento: OFICIO - 239/2005
Destino: GAB/PAR

Exmo. Sr.
João Carlos Coser
Prefeito Municipal de Vitória
NESTA

Proc. nº 2276/2005 – CMV
EH



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
0276	14	D

AUTÓGRAFO DE LEI Nº 7.271

A Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, havendo APROVADO o **Projeto de Lei nº 132/05**, envia-o ao Prefeito Municipal na forma do Art. 83 da Lei Orgânica.

Institui Exame de Desempenho do Ensino Fundamental – EDEF.

Art. 1º. Fica instituído Exame de Desempenho do Ensino Fundamental – EDEF no município de Vitória, como procedimento de avaliação do desempenho do aluno, tendo por objetivos:

I. conferir ao cidadão parâmetro para auto-avaliação, com vistas à continuidade de sua formação;

II. fornecer ao município informações sobre o desempenho dos alunos da rede municipal de ensino;

Art. 2º. A prova do EDEF avaliará as competências e as habilidades desenvolvidas pelos examinados ao longo do ensino fundamental, imprescindíveis à vida acadêmica, ao mundo do trabalho e ao exercício da cidadania tendo como base a matriz de competências especialmente definida para o exame; sendo as seguintes competências e habilidades a serem avaliadas:

I. demonstrar domínio básico da norma culta da língua portuguesa e do uso das diferentes linguagens: matemática, artística, científica, entre outras;

II. construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas;

III. selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para enfrentar situações problemas segundo uma visão crítica, com vistas à tomada de decisões;

IV. organizar informações e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para a construção de argumentações consistentes;

V. recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para a elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, considerando a diversidade sócio-cultural como inerente à condição humana no tempo e no espaço;

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2276	15	D

Art. 3º. O EDEF será realizado anualmente pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º. O planejamento e a operacionalização do EDEF são de competência da Secretaria Municipal de Educação, que deverá, também, coordenar os trabalhos de normatização, supervisionar as ações de implementação, assim como promover a avaliação contínua do processo, mediante articulação permanente com especialistas em avaliação educacional, com as instituições de ensino superior e com as secretarias estaduais de educação.

Art. 5º. A participação dos concluintes da última série do ensino fundamental no EDEF é obrigatória.

§ 1º. As despesas com os serviços pertinentes à elaboração e aplicação das provas, bem como ao processamento dos seus resultados, correrão por conta de verbas específicas do orçamento da Secretaria Municipal de Educação;

§ 2º. A participação no EDEF conferirá ao examinado um Boletim de Resultados, contendo informações referentes ao resultado global e ao resultado do examinado, permitindo identificar sua posição relativa ao total de participantes.

Art. 6º. A secretaria Municipal de Educação, resguardado o sigilo individual, estruturará um banco de dados e emitirá relatórios com os resultados do EDEF, visando ao aprofundamento e a ampliação de análise de interesse da sociedade.

Art. 7º. Os resultados individuais do EDEF somente poderão ser utilizados, mediante a autorização expressa do candidato.

Art. 8º. Os procedimentos, prazos e demais aspectos relativos ao EDEF serão determinados pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio Atílio Vivacqua, 29 de novembro de 2005.

Alexandre Passos
PRESIDENTE

Neuzinha de Oliveira

1º SECRETÁRIO

Fábio Lube Rangel

2º SECRETÁRIO

Aloísio Varejão

3º SECRETÁRIO



Prefeitura Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2276	16	

GAB/1281

Vitória, 20 de dezembro de 2005

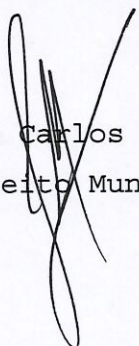
Senhor Presidente:

Acuso o recebimento do OF.PRE.AUT N° 239/05, que encaminhou a este Executivo o Autógrafo de Lei n° 7.271/05, referente ao Projeto de Lei n° 132/05, de autoria do Vereador Esmael Barbosa de Almeida, que institui Exame de Desempenho do Ensino Fundamental - EDEF, como procedimento de avaliação dos alunos da rede municipal de ensino.

Usando de competência que me é delegada no Art. 113, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Vitória, **veto a matéria em sua totalidade**, na forma do que dispõe o § 2°, do Art. 83, da mesma Lei e, com base no Opínamento n° 795/05, emitido pela Procuradoria Jurídica.

Pelo exposto, espero que V.Exª e nobres Vereadores aceitem o motivo que me leva a apor veto total a matéria, renovando meus protestos de consideração.

Atenciosamente


João Carlos Coser
Prefeito Municipal

Exmo.Sr.

Vereador Antônio Alexandre dos Passos Souza
Presidente da Câmara Municipal de Vitória

Nesta

Ref.Proc.5381848/05 - PMV
2276/05 - CMV

stn

PROJETO DE LEI N° 132/05
PROCESSO N° 2276/05
AUTOR: Esmael Almeida



AMAPA MUNICIPAL DE VITORIA		
Processo	Folha	Rubrica
2276	17	

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORIA JURÍDICA

OPINAMENTO N.º 795/2005

PROCESSO N.º 5381848/2005
SECRETARIA DE ORIGEM: GAB/PAR
ASSUNTO: AUTÓGRAFO DE LEI

À PROJUR/GAB,
Excelentíssimo Senhor Procurador Geral,

RELATÓRIO

O GAB/PAR solicita desta Procuradoria a análise jurídica do Autógrafo de Lei, constante de fls. 02/03, cuja ementa é a seguinte: "Institui Exame de Desempenho do Ensino Fundamental".

É o breve relatório.

FUNDAMENTAÇÃO e CONCLUSÃO

Verificamos que o Projeto de Lei analisado é oriundo da iniciativa de membro do Poder Legislativo e versa sobre matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, qual seja, criação, estruturação, atribuições e regulamento administrativo de órgão do Poder Executivo (art. 80, parágrafo único, inc. IV, da LOMV).

O Projeto de Lei por tratar de matéria tipicamente de atribuição destinada à Secretaria Municipal de Educação (SEME), não pode ser originada no Poder Legislativo, por constituir atribuição exclusiva do Chefe do Executivo. Com a invasão de competência, o ato normativo apresenta vício de inconstitucionalidade formal.

Acerca da inconstitucionalidade contida no Projeto de Lei, vejamos, a título ilustrativo, os seguintes arestos:

PROJETO DE LEI N.º 432105
PROCESSO N.º 2276105
AUTOR: Osmael Almeida



07

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA	
Folha	Rubrica
2276	18

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROCURADORIA JURÍDICA

TRIBUNAL: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS

DATA DE JULGAMENTO: 13/04/1992

ÓRGÃO JULGADOR: TRIBUNAL PLENO" (Grifamos)

"Acórdão: Ação direta de inconstitucionalidade
1997.005941-8

Relator: Des. Sérgio Paladino.

Data da Decisão: 18/09/2002

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE
INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE ITAPEMA.
LEI DE INICIATIVA DO PREFEITO QUE DISPÕE
SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
MUNICIPAL. PROJETO SUBSTITUTIVO APROVADO
PELA CÂMARA, QUE MODIFICA, NA ESSÊNCIA,
CAPÍTULO REFERENTE À ESTRUTURA
ORGANIZACIONAL. VETADO PELO PREFEITO, QUE
TEM A EXCLUSIVIDADE DA INICIATIVA DA LEI.
RESOLUÇÃO PROMULGADA PELO PRESIDENTE DA
CÂMARA QUE REPETE O SUBSTITUTIVO VETADO.
INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL.
VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS
PODERES. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. Viola o
preceito inscrito no inciso VI do § 2º do art. 50 da
Constituição Estadual a lei municipal que dispõe
sobre a criação, estruturação e atribuições de órgão
da administração pública, oriunda de projeto de
iniciativa parlamentar." (Grifamos)

Ainda que o objetivo da proposta seja louvável, temos que seu conteúdo fere
a harmonia que deve haver entre os Poderes, senão vejamos:

**"TIPO DE PROCESSO: AÇÃO DIRETA DE
INCONSTITUCIONALIDADE**

NÚMERO: 70006677082

RELATOR: ALFREDO GUILHERME ENGLERT

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE
INCONSTITUCIONALIDADE. PROJETO DE LEI DE
INICIATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO
MUNICIPAL. COMO PODER

PROJETO DE LEI N.º 132105
PROCESSO N.º 2240109
AUTOR: Esmail Almeida

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2276	19	

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

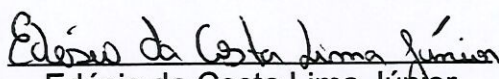
PROCURADORIA JURÍDICA

CONSTITUCIONALMENTE PREVISTO O
LEGISLATIVO MUNICIPAL TEM SUAS ATRIBUIÇÕES,
DO MESMO MODO QUE AS TEM O PODER
EXECUTIVO. INADMISSÍVEL ACEITAR-SE A
INVASÃO DE ATRIBUIÇÕES, POIS A
INDEPENDÊNCIA E HARMONIA ENTRE OS
PODERES, ALÉM DE SER PRINCÍPIO
CONSTITUCIONAL, TANTO NA CONSTITUIÇÃO
FEDERAL, QUANTO NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL,
É, EM ÚLTIMA ANÁLISE, A GARANTIA DE
EXISTÊNCIA DO PRÓPRIO ESTADO DEMOCRÁTICO
DE DIREITO. (AÇÃO DIRETA DE
INCONSTITUCIONALIDADE Nº 70006677082,
TRIBUNAL PLENO, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS,
RELATOR: ALFREDO GUILHERME ENGLERT,
JULGADO EM 03/11/2003)
TRIBUNAL: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS
DATA DE JULGAMENTO: 03/11/2003"

Pelo exposto, por considerar o Projeto de Lei inconstitucional ante o vício de iniciativa, opinamos pelo veto total, de acordo com o disposto no artigo 83, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Vitória.

É como pensamos, S.M.J.

Vitória-ES, 19 de dezembro de 2005.


Edésio da Costa Lima Júnior
Assessor Técnico/PROJUR/GAB
OAB-ES nº 9.415

PROJETO DE LEI Nº 132105
PROCESSO Nº 2276105
AUTOR: Esmail Almeida
3



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2276	00	1

Sr. Diretor:

Estamos encaminhando para
seu lido no Expediente Externo o Veto Total
aposto pelo Exmo Sr. Prefeito conforme
ofício em anexo.

Em, 26/12/2005

Edneia Harachak

EDNEIA HARACHAK

Funcionária

Serviço de Apoio às Comissões

Para encaminhar o presente Processo a Comissão de Constituição e Jus-
tiça, para apreciação do Veto Total aposto pelo Sr. Prefeito Muni-
cipal.

Em 16/2/2006

LAURO CYPRESTE
DIRETOR DAL
C. M. V.

COMISSÃO DE JUSTIÇA

Ao Sr. Vereador

RESERVA

para relatar

Em 06 03/106

Presidente.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2276	21	R

VEREADOR

PPS

LUCIANO REZENDE
VITÓRIA MELHOR COM VOCÊ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, SERVIÇO PÚBLICO E REDAÇÃO

(Art. 39, I)

Projeto de Lei: 132/2005

Processo: 2276/2005

Autor: Esmael Almeida

Ementa: "Institui exame de desempenho do ensino fundamental – EDEF"

RELATÓRIO

De autoria do Vereador Esmael Almeida, o projeto em epígrafe Institui exame de desempenho do ensino fundamental – EDEF

Conforme o disposto no artigo 188 do Regimento Interno, a propositura esteve em pauta por três sessões ordinárias, no período de 18/05/2005 a 01/06/2005 sem receber emendas ou substitutivos, e foi recebido em pela Comissão de Justiça 07/06/2005 que designou o Vereador Gilmário Passarinho como relator, este emitiu parecer pela Constitucionalidade em 10/06/2005.

Em 04/08/2005 o vereador José Carlos Lyrio Rocha avocou o projeto no âmbito da Comissão de Educação e em 04/10/2005 opinou pela Aprovação. O projeto tendo terminado sua tramitação pelas comissões foi a votação em plenário no dia 22/11/2005 onde teve seu texto aprovado por 9 votos.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	
2276	22	R

A Administração Municipal após receber o Autografo de lei em 30/11/05 optou pelo Veto total da matéria, sendo que recebemos o projeto em nosso gabinete em 06/03/2006 para análise do Veto Total.

A procuradoria da Prefeitura Municipal de Vitória fundamentou as razões do veto nas fls. 17,18 e 19 alegando vício de iniciativa, não cabendo a esta casa legislar sobre questões exclusivamente da Secretaria Municipal de Educação.

Como preceitua o artigo 80, parágrafo único, inciso IV da Lei orgânica Municipal é de competência privativa do poder executivo tratar de criação, estruturação, atribuições e regulamento executivo, portanto mesmo sendo o projeto de relevância não podemos admiti-lo dentro do âmbito desta casa de leis. Apresentamos ao vereador fazer uma projeto de indicação que é o instrumento mais adequado neste caso.

Desta forma, existindo impedimentos **legais** para sua aprovação, nosso parecer é pela **MANUTENÇÃO DO VETO TOTAL** aposto ao Projeto de lei n. ° 132, de 2005.

Palácio Afílio Vivácqua, 22 de Abril de 2007

Comissão de Justiça
Aprovado o Parecer

Ao Depto. Legislativo para as devidas providências

Em, 26, 04, 07

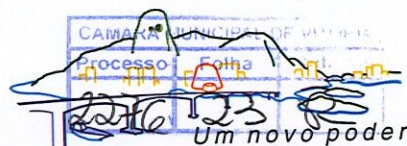
Presidente

Luciano Rezende
Vereador – PPS

Relator do Projeto na Comissão de Justiça



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Ao Sr.(a):

Rita Pratti

Para providenciar a extração do avulso.

Em,

27/04/07

SAC - Serviço de Apoio às Comissões

Jacqueline R. F. Freitas
Jacqueline R. F. Freitas

Sr. Diretor, devidamente providenciado,

Em, *30/04/07*

Rita Pratti

ASSINATURA

FUNCIONÁRIA RITAPRATTI



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Process	Folha	Rubrica
2276	24	Ghla

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

AVULSO Nº. 132/2007

PROCESSO	2276/2005
PROJETO DE LEI	132/2005
EMENTA	Institui Exame de Desempenho do Ensino Fundamental – EDEF.
INICIATIVA	ESMAEL ALMEIDA
PARECER	Comissão de Justiça – Pela manutenção do Veto Total

+



Processo	2276	25	Galer
----------	------	----	-------

~~Inclua-se na Pauta da Ordem do Dia~~

Em, 16 / 08 / 2007

PRESIDENTE DA CAMARA

Rejeitado Veto Total por 8 x 2 votos
Encaminha-se ao DEL para comunicar ao Executivo.

Em. 16/08/2007

Presidente da Câmara

EDNEA/REGINA
AO SR. (SRA.):
PARA COMUNICAR POR OFÍCIO AO EXECUTIVO
A REJEIÇÃO DO VETO AO PROJETO DE LEI QUE
TRATA O PRESENTE PROCESSO.

EM 17/08/200.

DIRETOR DEL

~~Sr. Diretor, devidamente providenciado,~~

Em, 18, 08, 08

~~ASSINATURA~~

Sr. Diretor:

Providenciada a Lei nº 7.112/07 e
encaminhada ao Diário Oficial para publicação.

Em, 19/10/2007

Ednea Harkbart

EDNEA HARKBART

Funcionária

Publicada no Diário Oficial do
dia 30/10/2007.

Ednea Harkbart

EDNEA HARKBART

Funcionária

CÂMARA MUNICIPAL		
Processo	Folha	
2276	26	elm



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

OF.PRE.VT. N° 044

Vitória, 17 de Julho de 2007.

Assunto: **Comunicação.**

Protocolado.....: 10879/2007 Data : 23/08/2007 Hora: 11:29
 Requerente.....: VITORIA CAMARA MUNICIPAL
 Órgão Destino...: SEMAD/GAL/CPA/EPG
 Resumo.....: COMUNICANDO QUE REJEITOU O VETO
 TO REF.AO PROJETO DE LEI DE Nº132/2005
 Tipo Documento...: OFICIO
 Número Documento: 044/2007

Senhor Prefeito,

Comunico que a Câmara, em sessão realizada no dia 05 de junho do corrente exercício, **rejeitou o veto total** apostado por V.Exa. ao **Projeto de Lei nº 132/2005**, de autoria do Vereador **Esmael Almeida**, referente ao **Autógrafo de Lei nº 7721/2005**.

Atenciosamente,

Alexandre Passos
PRESIDENTE

Exmo. Sr.
 João Carlos Coser
 Prefeito Municipal de Vitória
 NESTA

Proc. nº 2276/05 - CMV
 Proc. nº 5381848/05 - PMV
 KMG



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2276	27	Ghler

LEI Nº 7.112

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, nos termos do § 7º do Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, promulga a seguinte Lei:

Institui Exame de Desempenho do Ensino Fundamental – EDEF

Art. 1º. Fica instituído Exame de Desempenho de Ensino Fundamental – EDEF no Município de Vitória, como procedimento de avaliação do desempenho do aluno, tendo por objetivos:

I. conferir ao cidadão parâmetro para auto-avaliação, com vistas à continuidade de sua formação;

II. fornecer ao Município informações sobre o desempenho dos alunos da rede municipal de ensino.

Art. 2º. A prova de EDEF avaliará as competências e as habilidades desenvolvidas pelos examinandos ao longo do ensino fundamental, imprescindíveis à vida acadêmica, ao mundo do trabalho e ao exercício da cidadania.

Parágrafo Único. São as seguintes competências e habilidade a serem avaliadas:

I. demonstrar domínio básico da norma culta da Língua Portuguesa e do uso das diferentes linguagens: matemática, artística, científica, entre outras;

II. construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas;

III. selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para enfrentar situações-problemas segundo uma visão crítica, com vistas à tomada de decisões;

IV. organizar informações e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para a construção de argumentações consistentes;

V. recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para a elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, considerando a diversidade sociocultural como inerente à condição humana no tempo e no espaço.

Art. 3º. O EDEF será realizado anualmente pela Secretaria Municipal de Educação.

Processo	Folha	Rubrica
2276	28	Gluu

Art. 4º. O planejamento e a operacionalização do EDEF são de competência da Secretaria Municipal de Educação, que deverá, também, coordenar os trabalhos de normatização, supervisionar as ações de implementação, assim como promover a avaliação contínua do processo, mediante articulação permanente com especialistas em avaliação educacional, com as instituições de ensino superior e com as secretarias estaduais de educação.

Art. 5º. A participação dos concluintes da última série do ensino fundamental no EDEF é obrigatória.

§ 1º. As despesas com os serviços pertinentes à elaboração e aplicação das provas, bem como ao processamento dos seus resultados, correrão por conta de verbas específicas do orçamento da Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º. A participação no EDEF conferirá ao examinando um Boletim de Resultados, contendo informações referentes ao resultado global e ao resultado do examinando, permitindo identificar sua posição relativa ao total de participantes.

Art. 6º. A Secretaria Municipal de Educação, resguardado o sigilo individual, estruturará um banco de dados e emitirá relatórios com os resultados do EDEF, visando ao aprofundamento e à ampliação de análise de interesse da sociedade.

Art. 7º. Os resultados individuais do EDEF somente poderão ser utilizados, mediante a autorização expressa do candidato.

Art. 8º. Os procedimentos, prazos, e demais aspectos relativos ao EDEF serão determinadas pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 9º. Essa lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio Atílio Vivácqua, 19 de outubro de 2007.

Alexandre Passos
PRESIDENTE



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

Publicado no Dio
Em, 30/10/2007

Núcleo de Documentação e Informação

Elimário Schuina Nunes



Diretor do Departamento
de Documentação e Informação
Câmara Municipal de Vitória

LEI Nº 7.112

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, nos termos do § 7º do Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, promulga a seguinte Lei:

Institui Exame de Desempenho do Ensino Fundamental – EDEF

Art. 1º. Fica instituído Exame de Desempenho de Ensino Fundamental – EDEF no Município de Vitória, como procedimento de avaliação do desempenho do aluno, tendo por objetivos:

- I.** conferir ao cidadão parâmetro para auto-avaliação, com vistas à continuidade de sua formação;
- II.** fornecer ao Município informações sobre o desempenho dos alunos da rede municipal de ensino.

Art. 2º. A prova de EDEF avaliará as competências e as habilidades desenvolvidas pelos examinandos ao longo do ensino fundamental, imprescindíveis à vida acadêmica, ao mundo do trabalho e ao exercício da cidadania.

Parágrafo Único. São as seguintes competências e habilidade a serem avaliadas:

III. demonstrar domínio básico da norma culta da Língua Portuguesa e do uso das diferentes linguagens: matemática, artística, científica, entre outras;

IV. construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas;

V. selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para enfrentar situações-problemas segundo uma visão crítica, com vistas à tomada de decisões;

VI. organizar informações e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para a construção de argumentações consistentes;

VII. recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para a elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, considerando a diversidade sociocultural como inerente à condição humana no tempo e no espaço.

Art. 3º. O EDEF será realizado anualmente pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º. O planejamento e a operacionalização do EDEF são de competência da Secretaria Municipal de Educação, que deverá, também, coordenar os trabalhos de normatização, supervisionar as ações de implementação, assim como promover a avaliação contínua do processo, mediante articulação permanente com especialistas em avaliação educacional, com as instituições de ensino superior e com as secretarias estaduais de educação.

Art. 5º. A participação dos concluintes da última série do ensino fundamental no EDEF é obrigatória.

Processo	Folha	Rubrica
2276	30	ghu

§ 1º. As despesas com os serviços pertinentes à elaboração e aplicação das provas, bem como ao processamento dos seus resultados, correrão por conta de verbas específicas do orçamento da Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º. A participação no EDEF conferirá ao examinando um Boletim de Resultados, contendo informações referentes ao resultado global e ao resultado do examinando, permitindo identificar sua posição relativa ao total de participantes.

Art. 6º. A Secretaria Municipal de Educação, resguardado o sigilo individual, estruturará um banco de dados e emitirá relatórios com os resultados do EDEF, visando ao aprofundamento e à ampliação de análise de interesse da sociedade.

Art. 7º. Os resultados individuais do EDEF somente poderão ser utilizados, mediante a autorização expressa do candidato.

Art. 8º. Os procedimentos, prazos, e demais aspectos relativos ao EDEF serão determinadas pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 9º. Essa lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio Attílio Vivacqua, 19 de outubro de 2007.

Alexandre Passos
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
2276	31	ghlu

Sr Diretor,

Encaminhamento para expediente externo

a Lei Sancionada nº 7.112

Em anexo.

Em 01 / 11 / 07

P/ Gabriel Berédia Audi
REGINA CELIA DE AGUIAR
Funcionária

INCLUÍDO NO EXPEDIENTE

Em 01 / 11 / 07

DIRETOR

Lauro Cypreste
Diretor do Departamento
Legislativo
Câmara Municipal de Vitória

AO DEL

PARA PROVIDENCIAR OS DEMAIS ENCAMINHAMENTOS
REGIMENTAIS RELATIVOS AO PRESENTE PROCESSO

EM 06 / 11 / 2007

PRESIDENTE DE SEÇÃO

A sua Sra. Secretária
Para envio ao Departamento
de Jurisprudência do Estado, para
divulgar a reprodução da Lei Municipal
nº 7.112 de 2007, por haver sido
inicialmente publicada com incorreção
em 19/11/2007

Lauro Cypreste
Diretor do Departamento
Legislativo
Câmara Municipal de Vitória



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

Publicado no DIO
Em, 20/11/2007
Núcleo de Documentação e Informação

LEI Nº 7.112

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, nos termos do § 7º do Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, promulga a seguinte Lei:

Institui Exame de Desempenho do Ensino Fundamental – EDEF

Art. 1º. Fica instituído Exame de Desempenho de Ensino Fundamental – EDEF no Município de Vitória, como procedimento de avaliação do desempenho do aluno, tendo por objetivos:

I. conferir ao cidadão parâmetro para auto-avaliação, com vistas à continuidade de sua formação;

II. fornecer ao Município informações sobre o desempenho dos alunos da rede municipal de ensino.

Art. 2º. A prova de EDEF avaliará as competências e as habilidades desenvolvidas pelos examinandos ao longo do ensino fundamental, imprescindíveis à vida acadêmica, ao mundo do trabalho e ao exercício da cidadania.

Art. 3º. São as seguintes competências e habilidades a serem avaliadas:

I. demonstrar domínio básico da norma culta da Língua Portuguesa e do uso das diferentes linguagens: matemática, artística, científica, entre outras;

II. construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas;

III. selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para enfrentar situações-problemas segundo uma visão crítica, com vistas à tomada de decisões;

IV. organizar informações e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para a construção de argumentações consistentes;

V. recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para a elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, considerando a diversidade sociocultural como inerente à condição humana no tempo e no espaço.

PROJETO DE LEI Nº: 132/05

PROCESSO Nº: 2276/2005

AUTOR: ESMAEL ALMEIDA

Art. 4º. O EDEF será realizado anualmente pela Secretaria de Educação.

Art. 5º. O planejamento e a operacionalização do EDEF são de competência da Secretaria de Educação, que deverá, também, coordenar os trabalhos de normatização, supervisionar as ações de implementação, assim como promover a avaliação contínua do processo, mediante articulação permanente com especialistas em avaliação educacional, com as instituições de ensino superior e com as secretarias estaduais de educação.

Art. 6º. A participação dos concluintes da última série do ensino fundamental no EDEF é obrigatória.

§ 1º. As despesas com os serviços pertinentes à elaboração e aplicação das provas, bem como ao processamento dos seus resultados, correrão por conta de verbas específicas do orçamento da Secretaria de Educação.

§ 2º. A participação no EDEF conferirá ao examinando um Boletim de Resultados, contendo informações referentes ao resultado global e ao resultado do examinando, permitindo identificar sua posição relativa ao total de participantes.

Art. 7º. A Secretaria de Educação, resguardado o sigilo individual, estruturará um banco de dados e emitirá relatórios com os resultados do EDEF, visando ao aprofundamento e à ampliação de análise de interesse da sociedade.

Art. 8º. Os resultados individuais do EDEF somente poderão ser utilizados, mediante a autorização expressa do candidato.

Art. 9º. Os procedimentos, prazos, e demais aspectos relativos ao EDEF serão determinados pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio Atílio Vivácqua, 19 de outubro de 2007.

Alexandre Passos
PRESIDENTE

LEI Nº 7.112

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, nos termos do § 7º do Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, promulga a seguinte Lei:

Institui Exame de Desempenho do Ensino Fundamental – EDEF

Art. 1º. Fica instituído Exame de Desempenho de Ensino Fundamental – EDEF no Município de Vitória, como procedimento de avaliação do desempenho do aluno, tendo por objetivos:

I. conferir ao cidadão parâmetro para auto-avaliação, com vistas à continuidade de sua formação;

II. fornecer ao Município informações sobre o desempenho dos alunos da rede municipal de ensino.

Art. 2º. A prova de EDEF avaliará as competências e as habilidades desenvolvidas pelos examinandos ao longo do ensino fundamental, imprescindíveis à vida acadêmica, ao mundo do trabalho e ao exercício da cidadania.

Art. 3º. São as seguintes competências e habilidades a serem avaliadas:

I. demonstrar domínio básico da norma culta da Língua Portuguesa e do uso das diferentes linguagens: matemática, artística, científica, entre outras;

II. construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas;

III. selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para enfrentar situações-problemas segundo uma visão crítica, com vistas à tomada de decisões;

IV. organizar informações e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para a construção de argumentações consistentes;

V. recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para a elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, considerando a diversidade sociocultural como inerente à condição humana no tempo e no espaço.

Art. 4º. O EDEF será realizado anualmente pela Secretaria de Educação.

Art. 5º. O planejamento e a operacionalização do EDEF são de competência da Secretaria de Educação, que deverá, também, coordenar os trabalhos de normatização, supervisionar as ações de implementação, assim como promover a avaliação contínua do processo, mediante articulação permanente com especialistas em avaliação educacional, com as instituições de ensino superior e com as secretarias estaduais de educação.

RECEBI EM: 19/11/2007

PAMELA GOMES

Art. 6º. A participação dos concluintes da última série do ensino fundamental no EDEF é obrigatória.

§ 1º. As despesas com os serviços pertinentes à elaboração e aplicação das provas, bem como ao processamento dos seus resultados, correrão por conta de verbas específicas do orçamento da Secretaria de Educação.

§ 2º. A participação no EDEF conferirá ao examinando um Boletim de Resultados, contendo informações referentes ao resultado global e ao resultado do examinando, permitindo identificar sua posição relativa ao total de participantes.

Art. 7º. A Secretaria de Educação, resguardado o sigilo individual, estruturará um banco de dados e emitirá relatórios com os resultados do EDEF, visando ao aprofundamento e à ampliação de análise de interesse da sociedade.

Art. 8º. Os resultados individuais do EDEF somente poderão ser utilizados, mediante a autorização expressa do candidato.

Art. 9º. Os procedimentos, prazos, e demais aspectos relativos ao EDEF serão determinados pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio Atílio Vivacqua, 19 de outubro de 2007.


Alexandre Passos
PRESIDENTE

*** Reproduzido por haver sido redigido com incorreção.**

Municipalidades

CÂMARA

Vitória

LEI Nº 7.112

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, nos termos do § 7º do Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, promulga a seguinte Lei:

Institui Exame de Desempenho do Ensino Fundamental – EDEF

Art. 1º. Fica instituído Exame de Desempenho de Ensino Fundamental – EDEF no Município de Vitória, como procedimento de avaliação do desempenho do aluno, tendo por objetivos:

- I.** conferir ao cidadão parâmetro para auto-avaliação, com vistas à continuidade de sua formação;
- II.** fornecer ao Município informações sobre o desempenho dos alunos da rede municipal de ensino.

Art. 2º. A prova de EDEF avaliará as competências e as habilidades desenvolvidas pelos examinandos ao longo do ensino fundamental, imprescindíveis à vida acadêmica, ao mundo do trabalho e ao exercício da cidadania.

Art. 3º. São as seguintes competências e habilidades a serem avaliadas:

- I.** demonstrar domínio básico da norma culta da Língua Portuguesa e do uso das diferentes linguagens: matemática, artística, científica, entre outras;
- II.** construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas;
- III.** selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para enfrentar situações-problemas segundo uma visão crítica, com vistas à tomada de decisões;
- IV.** organizar informações e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para a construção de argumentações consistentes;
- V.** recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para a elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, considerando a diversidade sociocultural como inerente à condição humana no tempo e no espaço.

Art. 4º. O EDEF será realizado anualmente pela Secretaria de Educação.

Art. 5º. O planejamento e a operacionalização do EDEF são de competência da Secretaria de Educação, que deverá, também, coordenar os trabalhos de normatização, supervisionar as ações de implementação, assim como promover a avaliação contínua do processo, mediante articulação permanente com especialistas em avaliação educacional, com as instituições de ensino superior e com as secretarias estaduais de educação.

Art. 6º. A participação dos concluintes da última série do ensino fundamental no EDEF é obrigatória.

§ 1º. As despesas com os serviços pertinentes à elaboração e aplicação das provas, bem como ao processamento dos seus resultados, correrão por conta de verbas específicas do orçamento da Secretaria de Educação.

§ 2º. A participação no EDEF conferirá ao examinando um Boletim de Resultados, contendo informações referentes ao resultado global e ao resultado do examinando, permitindo identificar sua posição relativa ao total de participantes.

Art. 7º. A Secretaria de Educação, resguardado o sigilo individual, estruturará um banco de dados e emitirá relatórios com os resultados do EDEF, visando ao aprofundamento e à ampliação de análise de interesse da sociedade.

Art. 8º. Os resultados individuais do EDEF somente poderão ser utilizados, mediante a autorização expressa do candidato.

Art. 9º. Os procedimentos, prazos, e demais aspectos relativos ao EDEF serão determinados pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio Atílio Vivácqua, 19 de outubro de 2007.

Alexandre Passos
PRESIDENTE

* Reproduzido por haver sido redigido com incorreção.

Protocolo 59854

PREFEITURAS

Água Branca

DECRETO Nº 3.713/2007 CONVOCA A 1ª CONFERÊNCIA REGIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA, no uso das atribuições legais e, CONSIDERANDO a realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude e a 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude,

RESOLVE:

Art. 1º. Convocar a 1ª Conferência Regional de Políticas Públicas de Juventude a ser realizada no dia 12 de dezembro de 2007, no Auditório do CRAS, no município de Alto Rio Novo - ES, sob a responsabilidade do Conselho Municipal de Assistência Social;

Art. 2º. A 1ª Conferência Regional de Políticas Públicas de Juventude terá como lema: "Levante a sua Bandeira", e desenvolverá sem seus trabalhos os seguintes temas:

- I** – Juventude: Democracia, Participação e Desenvolvimento Nacional;
- II** – Parâmetros e diretrizes da Política Nacional de Juventude;
- III** – Desafios e Prioridades para as Políticas Públicas de Juventude.

Art. 3º. A 1ª Conferência Regional de Políticas Públicas de Juventude será presidida pelo Conselho Municipal de Assistência Social;

Art. 4º. A 1ª Conferência Municipal Regional de Políticas Públicas de Juventude desenvolverá seus trabalhos focando os seguintes objetivos:

I – Objetivo Geral: Contribuir para a construção e o fortalecimento da Política Nacional de Juventude.

II – Objetivos Específicos:

- a) Fortalecer a relação entre o governo e a sociedade civil para uma maior efetividade na formulação, execução e controle da política nacional de juventude;
- b) Promover, qualificar e garantir a participação da sociedade, em especial dos jovens, na formulação e no controle das políticas públicas de juventude;
- c) Divulgar, debater e avaliar os parâmetros e as diretrizes da política nacional de juventude;
- d) Indicar prioridades de atuação do poder público na consecução da Política Nacional de Juventude;
- e) Deliberar sobre a estratégia de monitoramento das resoluções da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude;
- f) Apresentar subsídios para a estruturação do Sistema Nacional de Juventude;
- g) Propor os governos Federal, Estaduais, e Municipais e do Distrito Federal estratégias para ampliação e consolidação da temática juventude junto aos diversos setores da

sociedade;

h) Recomendar diretrizes aos entes federativos diretrizes para subsidiar a elaboração de políticas públicas de juventude;

i) Propor e fortalecer mecanismos de articulação e cooperação institucional entre os entes federativos e destes com a sociedade civil no âmbito das políticas públicas de juventude;

j) Colaborar e incentivar a associação de municípios e estados em torno de planos e metas comuns para a população jovem;

k) Identificar e fortalecer a transversalidade do tema juventude junto às políticas públicas nos três níveis de governo;

l) Mobilizar a sociedade e os meios de comunicação para a importância das políticas de juventude para o desenvolvimento do país;

m) Fortalecer e facilitar o estabelecimento de novas redes de grupos e organizações de jovens;

n) Fortalecer, ampliar e diversificar o acesso da sociedade civil, em especial da juventude, aos mecanismos de participação popular;

o) Fortalecer as instituições democráticas e o próprio conceito de democracia no Brasil.

Art. 5º. As despesas com a 1ª Conferência Regional de Políticas Públicas de Juventude correrão por conta de recursos da Secretaria Municipal de Assistência Social.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Água Branca - ES, em 12 de novembro de 2007.

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

Protocolo 59773

Anchieta

CONTRATO 0157/2007

Contratante: Munic. de Anchieta.

Contratada: **Fabiola da Silva Buzim.**

Objeto: Contratação de Profissional para Ministrar Oficina de Preparação de Teatro de Rua no Salão do Colégio Maria Mattos.

Processo: 13589/2007.

Valor Global: R\$ 3.000,00 (Três Mil Reais).

CONTRATO 0159/2007

Contratante: Munic. de Anchieta.

Contratada: **R. R. Costa Construções Ltda.**

Objeto: Conclusão da Construção e Paisagismo da Praça da Vila Rica, na Vila Residencial Samarco

Processo: 10775/2006.

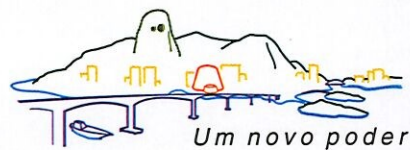
Valor Global: R\$ 121.617,54 (Cento e Vinte e Um Mil Seiscentos e Dezessete Reais e Cinquenta e Quatro Centavos).

Protocolo 59965

Narcóticos Anônimos
3084-8508



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Sr. Diretor:

A Lei nº 7.112/2007 foi
reproduzida por haver sido redigida com
incompleto e publicada no DSO em 20/11/2007.

Em, 21/11/2007

Edneia Harkbort

EDNEIA HARKBORT
Funcionária

ARQUIVASE
Em, 22/11/2007